

ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA
CNPJ: 02.500.138/0001-85

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA: AUDITORIA DE GESTÃO

EXERCÍCIO: 2021

CIDADE: MATA ROMA

Senhor Presidente,

Em atendimento à legislação aplicada ao tema, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria de Mata Roma.

I – INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno, elaborado por órgão de Controladoria, instituído por Lei Municipal, contém dados relativos à Prestação de Contas do Instituto de Previdência e Aposentadoria de Mata Roma Consolidado – exercício 2021, busca a evidenciação de informações da Administração Municipal, através de análises descritivas, quadros analíticos, quocientes específicos através de índices próprios, com a finalidade de demonstrar as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2021.

O presente trabalho busca o cumprimento da atual legislação, sobretudo no que se refere à transparência da gestão pública e publicidade, no trato com as questões relacionadas ao erário, proporcionando aos usuários da informação conhecer os resultados das finanças do Instituto de Previdência e Aposentadoria de Mata Roma.

Este Relatório foi elaborado com observância e cumprimento dos dispositivos legais a seguir indicados:

1. Constituição Federal;
2. Constituição Estadual;
3. Lei nº. 4320/64, de 17 de março de 64 – “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”;
4. Decreto Lei nº. 200/67 de 25 de fevereiro de 67 - “Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, Título X - das Normas de Administração Financeira e Contabilidade”;
5. Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão”;
6. Instrução Normativa – TCE/MA nº. 065/2020, de 09 de dezembro de 2020.

II – RESULTADO DOS TRABALHOS

ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA
CNPJ: 02.500.138/0001-85

1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

1.1 – Receita Orçamentária

O Governo cumpriu o seu papel na sociedade através da despesa pública, a qual foi viabilizada pela obtenção de recursos denominados genericamente de receitas públicas. Tanto as despesas quanto as receitas foram previstas em lei – a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento foi elaborado em conformidade com a legislação e foi feita a previsão da arrecadação das receitas e a autorização da sua aplicação em despesas discriminadas, durante o período, de forma que se evidenciou a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo.

O Município através do orçamento promoveu a manutenção das suas atividades, o planejamento e a execução dos projetos estabelecidos nos planos e programas do governo. As despesas foram fixadas e as receitas previstas e arrecadadas. Cumpriram-se os prazos de envio e houve a aprovação do Poder Legislativo para que o Executivo pudesse destinar o respectivo orçamento ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins.

A Receita na Administração Pública, mais precisamente no que diz respeito às entidades de Direito Público Interno, se origina em decorrência do seu poder de império, da gerência do seu patrimônio e das transferências de outras entidades.

De acordo com o art. 11 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal as receitas classificam-se em duas categorias econômicas”, a saber:

- a) **Receitas Correntes:** composta pela receita tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes;
- b) **Receitas de Capital:** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

2 – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Conceituação

A administração pública em geral se encontra numa fase de modernização, ou seja, os permanentes desafios a que está sujeita obrigam-na a que disponha, cada vez mais, de sistema de informações capazes de responder às crescentes exigências da sociedade e a necessidade de informações tempestivas e seguras para tomada de decisão dos gestores públicos.

As entidades públicas tais como as empresas privadas possuem um patrimônio que é movimentado diariamente, por consequência demandam o respectivo registro, controle e acompanhamento das contas públicas de forma clara e contínua. Para tanto se utiliza da Contabilidade que é a ciência que tem por objetivo o registro e análise dos atos e fatos de uma empresa, órgão ou entidade, a fim de demonstrar o patrimônio, suas variações, o resultado, a

ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA
CNPJ: 02.500.138/0001-85

eficácia e a economicidade de uma gestão ou período administrado.

Nesse sentido, os resultados gerais do exercício são evidenciados através das Demonstrações Contábeis – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração de Variações Patrimoniais – estruturadas de forma a evidenciar além da situação estática do patrimônio, os resultados orçamentários e financeiros da Administração Pública, propiciando dessa maneira o conhecimento mais adequado da situação econômico financeira do governo tanto para os tomadores de decisão quanto para a sociedade, potencial usuária dos serviços e bens públicos e financiadores das ações governamentais através dos tributos que lhe são cobrados.

2.2 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrou as receitas previstas e as despesas autorizadas em confronto com as receitas e despesas realizadas, de acordo com a Lei Orçamentária. Permitiu assim a avaliação do grau de planejamento e desempenho da arrecadação no exercício financeiro e também permitiu a análise do desempenho da Administração Pública.

2.3 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstrou a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e também os que se transferem para o exercício seguinte. Analisamos a execução financeira do exercício 2021, através do demonstrativo do Balanço Financeiro e demais peças constantes da prestação de contas.

3 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstrou os valores numerários, os créditos, os valores realizáveis e os compromissos exigíveis que independam de autorização legislativa e os bens, créditos, valores, as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa e mais as contas de compensação.

3.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A demonstração das Variações Patrimoniais espelhada num quadro de duas seções, Resultado Aumentativo e Diminutivo, distribuídas em três grandes grupos: Resultantes da Execução Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Independentes da Execução Orçamentária. O Demonstrativo das Variações Patrimoniais expressa claramente duas situações distintas na Administração Pública: a situação financeira e a situação econômica; bem como o resultado financeiro apurado dentro de um exercício, o superávit ou o déficit e as variações para mais ou para menos, verificadas no patrimônio das instituições Públicas.

As Variações Patrimoniais Ativas são assim demonstradas: resultante da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária. As primeiras compreendem as receitas orçamentárias arrecadadas durante o exercício (receitas correntes e de capital) e as mutações patrimoniais da despesa, que decorrem da incorporação de elementos ativos ao patrimônio ou da diminuição de elementos do passivo do ente público. As mutações caracterizam o que se poderia chamar de fatos permutativos na Contabilidade Empresarial. As

**ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA
CNPJ: 02.500.138/0001-85**

segundas compreendem as variações ocorridas no exercício, que provocam alterações positivas no patrimônio do órgão ou entidade, resultantes de fatos independentes da execução orçamentária. Essas variações são exemplificadas pela incorporação de bens, cancelamento de dívidas passivas, inscrição em dívida ativa, etc. Vê-se, pois, que caracterizam fatos modificativos, tanto por aumento do ativo como por redução do passivo.

As Variações Patrimoniais Passivas evidenciarão as alterações verificadas no patrimônio, ocorridas durante o exercício financeiro, resultante ou não da execução do orçamento. As resultantes da execução orçamentária compreendem a despesa orçamentária empenhada ou realizada no exercício, e as mutações patrimoniais da receita, que decorrem da incorporação de elementos passivos ou da desincorporação de elementos ativos. As independentes decorrem de fatos que independem da execução do orçamento e que provocam alterações negativas no patrimônio.

4 – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

4.1 - Endereço do Portal da Transparência

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei da Transparência, o município faz suas publicações no seguinte endereço: www.mataroma.ma.gov.br

5 – CONCLUSÃO

A execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial ocorreu em perfeita obediência à legislação aplicada ao setor como também aos planos orçamentários aprovados. Pequenas questões pontuais ou formais, enfatizando que não ocorreu nenhum prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas foram adotadas. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, concluímos o presente relatório de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

MATA ROMA/MA, 31 de dezembro de 2021.

Thaymes Martins da Silva
Controlador Geral



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA
CNPJ: 02.500.138/0001-85

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº 2021001

ÓRGÃO AUDITADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DE MATA ROMA.

EXERCÍCIO: 2021

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal, estadual e municipal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame.

A partir dos exames realizados constatou-se que a gestão do município foi conduzida de forma transparente conforme atestamos no “Portal da Transparência” (www.mataroma.ma.gov.br) e que possui acesso público regular para fiscalização do uso dos recursos públicos. Foi conduzida, conforme demonstrado anteriormente, em respeito aos preceitos legais, inclusive os de pessoalidade e moralidade. Assim somos da proposta de encaminhamento pela gestão REGULAR no exercício de 2021.

MATA ROMA/MA, 31 de dezembro de 2021.

Thaymes Martins da Silva
Controlador Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

1 - Considerações Iniciais

Em cumprimento ao disposto ao art. 171 da Constituição Estadual e das exigências contidas na Instrução Normativa nº 065/2020, avaliamos a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do Orçamento e dos Programas de Trabalho e o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ainda examinamos as Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64. Esclarecemos que a administração pública municipal no exercício financeiro de 2021 vem atentando para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual - PPA.

2 - Parecer

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria governamental adotadas pelos demais órgãos de controle - Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Tribunais de Contas e Controladorias Estaduais e Municipais do País e compreendeu: levantamento da legislação pertinente, conferência de cálculos, exame dos documentos que deram suporte às receitas e às despesas realizadas e confronto dos dados e registros contidos nos relatórios gerenciais, nos livros (Diário e Razão) e nos demonstrativos contábeis.

Examinamos, por amostragem, os documentos que suportaram os registros contábeis referentes aos valores efetuados por esta Prefeitura apresentados nos demonstrativos acima citados, tendo sido constatada a sua conformidade.

Em nossa opinião, até onde os nossos exames alcançaram, os valores contidos nas Demonstrações Contábeis - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às formalidades exigidas pela Lei nº 4.320/64, bem como, entendemos que os dados apresentados nas referidas Demonstrações estão em conformidade com os registros contábeis e com a documentação suporte analisada, demonstrando a **REGULARIDADE DA GESTÃO**.

MATA ROMA/MA, 31 de dezembro de 2021.

Thaymes Martins da Silva
Controlador Geral